

A ARTE DE HUMANIZAR-SE: UMA RELEITURA DE Gn 2,4b-25

*Maria de Lourdes Augusta**

Resumo

O objetivo deste artigo é elucidar o Projeto de Deus a respeito do ser humano e sua relação existencial segundo o relato Javista da Criação (Gn 2,4b-25), e a resposta cristã ao sentido da existência e à liberdade humana. O ser humano, criatura de Deus, tem luzes e sombras, possibilidades e limites. Suas relações existenciais são necessárias no processo de sua autoconsciência e de sua humanização. Apesar das suas ambiguidades, a bênção do Criador permanece com ele; sua misericórdia o acompanha.

Palavras-chave: *Criação; Homem; Mulher; Relações Existenciais; Liberdade; Humanização.*

Abstract

The object of this article is to clarify the Project of God about the human being, his existential relations according to the Javista narrative of Creation (Gen 2:4b-25) and the Christian response about the meaning of life and human liberty. The human being, creature of God, has lights and shadows, possibilities and limits. His existential relations are necessary in the process of his auto consciousness e his humanization. Despite his ambiguities, the blessing of the Creator remains with him; his mercy accompanies him.

Keywords: *Creation; Man; Woman; Existential relations; Freedom (or liberty); Humanization.*

* Religiosa da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; Pós-graduada em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Minas Gerais – Fundação Educacional de Divinópolis/Instituto Superior de Pesquisa (INESP); Graduação e Mestrado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) – Belo Horizonte/MG; Professora de Teologia Bíblica no Instituto Teológico São José – Seminário de Mariana/MG.

Introdução

Diante de contínuas ameaças à paz e à segurança dos povos e nações, fundadas em sua maioria na presunção e na luta pelo poder, urge a tomada de consciência de que na base das relações interpessoais impera, antes de tudo, uma insegurança existencial que nos leva a temer uns aos outros, como antagonistas privados do espaço vital. Ignora-se, muitas vezes, a ética abrindo mão dos princípios morais, indispensáveis para a construção da justiça e da fraternidade. Surgem daí relações promíscuas, carregadas de individualismo, que afastam as pessoas enfraquecendo nelas o desejo de comunhão e a capacidade de uma convivência que leve em conta a riqueza da diversidade. Aumentam os racismos, os nacionalismos excludentes e o descrédito político; crescem as diferenças de classes e os desencontros das culturas. Há um fracasso na constituição das famílias e toma força a violência de gênero. O outro é visto e passa a ser tratado mais como mero objeto ou estímulo do que como sujeito digno de amor e respeito.

Nesse contexto, a fé cristã é interpelada a continuar respondendo pelo sentido da existência e da liberdade humana, a dar razão à fé no Deus Criador que no extravasar de seu infinito amor criou o mundo e a humanidade. O ser humano e, sobretudo, as novas gerações interrogam-se pelas questões que demarcam o sentido do existir humano na contínua busca de redescobrir a beleza das relações que reconhecem e respeitam o outro como interlocutor e irmão, filho do mesmo Pai do céu. Todos os atos da existência se baseiam na suposição de que a vida tem sentido. A pergunta pelo sentido é indicadora da esperança de uma resposta positiva. Em sua última raiz, é uma pergunta pela totalidade das condições de possibilidade da experiência de sentido.

O objetivo deste artigo é elucidar o Projeto de Deus a respeito do ser humano, suas relações existenciais segundo o relato javista da Criação (Gn 2,4b-25) e a resposta cristã ao sentido da existência e à liberdade humana. O ser humano, criatura de Deus, tem luzes e sombras, possibilidades e limites. Suas relações existenciais são necessárias no processo de sua autoconsciência e de sua humanização. O homem se torna livre na medida em que se relaciona com o ser divino. Apesar das suas ambiguidades, a bênção do Criador permanece com ele; sua misericórdia o acompanha.

1. Contexto de surgimento do Relato Javista da Criação: Gn 2,4b-25

Assim como o relato sacerdotal de Gn 1,1–2,4a, o relato javista de Gn 2,4b-25 revela uma confissão de fé no Deus Criador. Enquanto o ambiente apropriado para o relato sacerdotal da criação é o Templo de Jerusalém e as famílias sacerdotais, o relato javista aproxima-se mais do “povo da terra”, da realidade dos agricultores.

Esta segunda narrativa da Criação (Gn 2,4b-25) é, cronologicamente, anterior à primeira. Enquanto aquela (Gn 1,1-2,4a) foi elaborada no século VI a.C., durante o exílio na Babilônia, esta foi redigida na época do rei Salomão (971-931 a.C.). Tal relato ordena o mundo não a partir da água e das trevas primordiais, mas a partir da terra seca ou deserto (2,4b-7). Foi exatamente durante o reinado de Davi e de Salomão que o povo de Israel experimentou grandes transformações econômicas, políticas e sociais substituindo o Sistema Tribal pelo Sistema Monárquico (STORNILO; BALANCIN, 2008, p. 15)¹. Dali emergiram profundas reflexões que, apesar das diferenças, conectam com grandes temas do mundo e do ser humano, e, justamente por isso se tornam significativas para o futuro da humanidade.

A Bíblia excluiu a mitologia, mas, nestes escritos de modo especial, aceitou o risco da linguagem mítica, ou seja, um modo de exprimir aspectos da experiência humana e das realidades divinas através de símbolos e imagens. “Gn 2,4b-25 é propriamente um mito que reflete sobre a condição humana no paraíso e fora dele” (FARIA, 2015, p. 62).

2. O Projeto de Deus na criação do homem e da mulher segundo Gn 2,4b-25

Após a narrativa sobre *a origem do mundo*, com tudo o que nele existe: céu, terra, mar, astros, plantas, aves, animais e pessoas (Gn 1,1-2,4a), uma nova narração é apresentada nas primeiras páginas da Bíblia: o relato javista da Criação (Gn 2,4b-25). Embora mencione plantas e animais, trata-se de uma narrativa sobre *a origem dos seres humanos*. Portanto, se Gn 1,1-2,4a é um texto mais cosmológico e procura fundar uma espécie de teocracia do Deus de Israel sobre o cosmo inteiro, Gn 2,4b-25 é um relato mais antropológico e quer mostrar o quanto Deus Criador está atento às condições de vida da humanidade que habita a terra.

Ao colocar esta narrativa entre o primeiro relato da criação (Gn 1) e o relato do pecado (Gn 3), o redator final teve uma intenção que deve ser levada em conta, no aprofundamento do texto, pois é regra simples de interpretação que todo texto deve ser analisado dentro de seu contexto (WESTERMANN, 2013, p. 15). Gn 2 e Gn 3 formam uma unidade tanto do ponto de vista literário como do ponto de vista da reflexão teológica (RÚBIO, 1989, p. 127).

2.1. Do deserto à terra habitável: Gn 2,4b-6

“No dia em que o Senhor Deus fez terra e céus...” (Gn 2,4b). Terra e céus. A obra do Senhor Deus (no hebraico, *Javé Elohim*) começa na terra seca, colocada

1. Há autores que defendem a datação dos capítulos 2 e 3 do livro do Gênesis no período da disputa política contra a monarquia e a idolatria no século VIII a.C. (SCHWANTES, 2001, p. 110).

em primeiro plano. Toda a atenção volta-se para a “terra” = *'adamah*. O solo seco e árido, sem água e sem vida evoca a necessidade da presença do ser humano para cultivá-lo. Essa forma negativa, dizendo o que “não existe” no início do relato javista da criação segue um estilo literário comum no Oriente Médio antigo ao iniciar, por exemplo, o poema da criação do mundo “*Enuma Elish*”: “Quando os deuses ainda não eram invocados nos lugares altos e debaixo da terra não havia nenhum nome.../quando os juncos ainda não estavam fixados nem os caniços visíveis; quando ainda não havia aparecido nenhum deus nem tinha recebido qualquer nome nem se submetido a qualquer destino...” (CIMOSA, 1987, p. 35-36).

A situação inicial (Gn 2,4-5) é reveladora de uma carência, ou seja, a ausência de vegetação: “Não havia ainda nenhum arbusto dos campos sobre a terra e nenhuma erva dos campos tinha ainda crescido” (Gn 2,5). A esta “falta” de vegetação parecem estar interligadas a *secura* da terra pela falta de chuva e a inexistência do ser humano. Todavia, o Senhor Deus providencia a solução: “Entretanto um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo” (Gn 2,6). À solução do problema da falta de água, Deus formará o ser humano, confiando-lhe a tarefa de fazer fertilizar a terra, fazendo-a produzir, tornando-se colaborador de Deus na obra da criação.

2.2. A criação do ser humano: Gn 2,7

Chegamos ao ponto alto da narrativa: a criação do ser humano (*'adam*). O narrador é cuidadoso ao descrever a formação do ser humano. Neste relato da criação, não se usa o verbo criar, como em Gn 1,27: “Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança”, mas é usado o verbo formar: “Então, o Senhor Deus formou o homem com o pó do solo...” (Gn 2,7). “Duas narrações distintas, mas que juntas têm uma concepção teológica comum a respeito da criação do homem” (BARROSO, 2017, p. 14).

O Senhor Deus age como oleiro, modelando o homem a partir do solo (Gn 2,7a; Is 29,16; 45,9; 64,7; Jr 18,1-9; Rm 9,20-21). O ser humano (*'adam*) está em relação íntima com a terra cultivável (*'adamah*), pois foi modelado com o pó (*'afar*), a parte mais tênue da terra (*'adamah*). O nome (coletivo) “*Adão*” lembra continuamente ao ser humano sua origem da terra, da qual foi tirado e à qual deverá retornar; recorda-lhe, pois, sua debilidade e fragilidade, sua dependência de Deus que o plasmou. “Então o Senhor Deus formou o ser humano com o pó do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gn 2,7).

O Senhor Deus comunica um sopro vital (*'rûah*). *'Rûah* significa respiração, vento, espírito. A respiração é o sinal de vida tanto no homem como nos animais. Mas à diferença destes, o homem é senhor do seu destino (Gn 3) e vive uma existência dialogal (Gn 2 e 3), e, isto supõe a liberdade e a responsabilidade que

distinguem o ser humano dos animais (RÚBIO, 1989, p. 129). Criado antes das demais criaturas, o homem é o centro da criação, capaz de entrar em relação com o Criador. Feito à imagem de Deus, chamado à comunhão, o homem participa já aqui da glória de Javé (Sl 8,6).

É importante notar a diferença entre a concepção bíblica e a concepção grega do homem. “Para a filosofia grega a ‘alma’ mora no ‘corpo’ como em uma prisão e espera sua liberação. Para o homem bíblico, nenhum dos dois elementos indica o homem em sua totalidade. O homem não tem uma alma, ele é alma; não tem um corpo, ele é um corpo” (CIMOSA, 1987, p. 39). “Não se insufla uma alma no corpo do ser humano; ele é criado, muito antes, como “alma vivente” (assim a expressão hebraica), isto é, como ser vivente” (WESTWERMANN, 2013, p. 35). O ser humano é criatura de Deus com toda a sua existência e recebe dele, gratuitamente, o sopro da vida (*'rûah*). Por isso, não tem sentido valorizar mais o espiritual que o material ou o ideal que o carnal. Tal valorização nada tem a ver com a verdadeira fé no Deus Criador.

2.3. O jardim/paraíso: sonho ilusório ou pressentimento de felicidade? (Gn 2,8-15)

O Senhor Deus age como agricultor, plantando um *jardim* para o ser humano. Para quem vive no ambiente semideserto do Oriente Médio, o jardim é um lugar todo especial, diferente, paradisíaco, onde tudo é fértil e abundante. “É o ideal do nômade que atravessa o deserto para chegar ao oásis cheio de vida e riquezas” (STORNILO; BALANCIN, 2008, P. 15).

A abundância da água estava longe da Palestina. Os hebreus sabiam que a Mesopotâmia era um certo paraíso pela água, pelas tamareiras, pelas figueiras e as terras férteis; do lado oposto estava o Nilo, no Egito, com muita água, mas com menor extensão de terra fértil. Mais próximo, ao Norte, estavam as planícies pantanosas do Líbano, com a neve que desce do monte Hermon e que irriga parte dos vales da Galileia (MAZZAROLO, 2003, p. 100).

Portanto, pensar em jardim na Palestina, com abundância de água, árvores frutíferas e flores era um sonho ilusório, pois isto era privilégio de poucos. Somente existiam jardins e pomares junto aos palácios dos reis (2Rs 21,18.26) e em lugares de acesso restrito (MAZZAROLO, 2003, p. 99). Mas, o Senhor constrói para o ser humano um ambiente privilegiado, excepcional, um jardim:

O Senhor Deus plantou um jardim em Éden, a oriente, e nele colocou o homem que havia formado. O Senhor Deus fez germinar do solo toda árvore de aspecto atraente e bom para comer, a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do que seja bom ou mau. Um rio corria de Éden para irrigar o jardim; dali ele se repartia para formar quatro braços. Um deles se chamava Pishon; é ele que rodeia toda a terra de Havilá, onde se encontra o ouro – e o ouro dessa terra é bom – assim

como o bdélio e a pedra de ônix. O segundo rio se chamava Guihon; é ele que rodeia toda a terra de Kush. O terceiro rio se chamava Tigre; ele corre a oriente de Assur. O quarto rio era o Eufrates. O Senhor Deus tomou o homem e o estabeleceu no jardim de Éden para cultivar o solo e o guardar (Gn 2,8-15) (TEB, 1994, p. 26-27).

O jardim de Éden acena para um campo cercado, defendido e guardado conforme a etimologia da palavra “jardim” no hebraico como *gân* ou também *ganâh* (Gn 2,8.9.15; Ct 4,16; 6,2) e o termo “Éden” que traduz um ambiente de delícias, solo fértil e vida paradisíaca (MAZZAROLO, 2003, p. 102 e 113). Embora se situe no “Oriente” (Gn 2,8), o Éden seria uma região sem localização bem definida. No centro do jardim, duas árvores: a árvore da vida e a do conhecimento do bem e do mal indicam a lógica do jardim. “A árvore da vida simboliza a sabedoria que vem de Deus (Pr 3,18; 11,30; 13,12; 15,3), cuja expressão mais perfeita é a Lei de Deus, fonte do verdadeiro conhecimento do bem e do mal” (MESTERS; OROFINO, 2007, p. 54). A Lei de Deus deve ser “cultivada e guardada”; a perversão dela, ou seja, o uso do conhecimento para dominar e acumular, representado pela outra árvore, leva para a morte.

Éden é o “jardim de Deus”, notório por sua beleza (Is 51,3; Ez 31,8-9; Jl 2,3); conta com toda espécie de árvores (Gn 2,9) e nele nascem os quatro grandes rios do mundo então conhecido: o Phison, o Guihon, o Tigre e o Eufrates (McKENZIE, 1983, p. 250). Os rios do Éden são a vida do jardim. Enquanto o Tigre e o Eufrates sempre sustentaram a riqueza dos mesopotâmicos, é provável que o Phison e o Guihon apareçam no texto como uma necessidade de uma complementaridade numérica para indicar uma totalidade². “O jardim teria sua irrigação total nos seus quatro cantos, sua abundância de água em todos os lugares e as árvores dariam seus frutos e as flores perfumariam o ar” (MAZZAROLO, 2003, p. 131).

O jardim do Éden é, pois, um lugar muito agradável, onde existe conforto, abundância de alimentos e a presença amiga e amorosa de Deus. Apenas tinha criado o ser humano, Deus o coloca neste jardim maravilhoso, sinal de sua benevolência e ternura. A felicidade é o sonho de Deus para o homem. Esta se concretiza à medida que o homem cuida de seu relacionamento com o Criador, fonte única de sua realização e sustento das demais relações que o tornam consciente de sua condição humana: a relação inter-humana (relação recíproca entre homem-mulher e com os demais seres humanos), a relação com os animais e com toda a terra (natureza). Ao fazer sua profecia contra o rei de Tiro, o profeta Ezequiel evoca esta felicidade perdida de uma relação próxima e familiar entre Deus e o ser humano: “Você era um modelo de perfeição, cheio de sabedoria

2. Os quatro ventos, os quatro suportes da terra, os quatro elementos fundamentais da vida e outros grupos com a mesma quantidade de fatores indicavam sempre uma totalidade (MAZZAROLO, 2003, p. 130-131).

e beleza perfeita. Você morava em Éden, no jardim de Deus (...). Tudo isso lhe vinha sendo preparado desde o dia da sua criação” (Ez 28,12-13).

Ao ser humano é confiada por Deus a missão de “cultivar e guardar o jardim” (Gn 2,15). Criado fora, o ser humano é colocado *dentro* do jardim (Gn 2,8.15). Esse é seu espaço vital: o jardim. O homem recebe de Deus não só o dom da vida, mas o próprio “jardim” lhe é dado como dom. Os frutos do jardim (Gn 2,9), o trabalho (Gn 2,15) e a comunidade (Gn 2,18-24) pertencem à criação do ser humano.

Enquanto “cultivar” quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, “guardar” significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de protegê-la e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras (*Laudato si*, 67).

“Cultivar e guardar o jardim” deve ser a resposta humana aos dons de Deus. Se o jardim é de Deus, o ser humano não é proprietário, não é dono do jardim, mas deve cuidar, administrar, na alegria de sua doação livre e consciente. Poderá usufruir dos frutos (Gn 2,9) para seu sustento, tomará e prestará conta do jardim. O trabalho humano torna-se um hino de louvor à grande obra criadora de Deus, colaborando na construção e manutenção do jardim/paraíso³. O paraíso evoca um ambiente muito agradável, de plenitude de vida, de liberdade e paz, desejado por todos os seres humanos. No jardim-paraíso “tudo está inter-relacionado e o cuidado autêntico de nossa própria vida e das nossas relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros” (*Laudato si*, 70).

2.4. *A árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal: a liberdade humana (Gn 2,16-17)*

Deus coloca o homem no jardim e lhe dá uma ordem: “Você pode comer de todas as árvores do jardim. Só não pode comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque, a partir do dia em que dela comer, você estará caminhando para a morte” (Gn 2,16-17). A ordem divina tem dois aspectos: poder comer de tudo, inclusive da árvore da vida e não poder comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. São duas alternativas para a mesma ordem divina. O aspecto positivo desta ordem denota o amor e o cuidado de Deus pelo ser humano, o qual é livre para acolher a manifestação desse amor. À medida que acolhe o amor de Deus, escolhendo a vida, o homem encontra a felicidade verdadeira.

3. A Bíblia grega LXX traduz *gân* (jardim) do hebraico por *parádeisos* (paraíso). O conceito de jardim-paraíso é encontrado em textos do Antigo e Novo Testamentos e foi associado com a esperança escatológica e messiânica (McKENZIE. 1983, p. 693).

A proibição permite ao ser humano perceber sua condição, e, portanto, o seu limite. O homem não é o Criador, mas criatura e deve, por isso, estar atento ao Deus da vida. Poder comer de toda árvore do jardim indica, pois, uma liberdade ampla, imensa, porém há um interdito. Tal liberdade não é total; existe uma proibição. “A liberdade é a consciência do poder, do saber e do fazer, mas que está em constante relação de respeito, dependência e interação com seu próximo” (MAZZAROLO, 2003, p. 105).

O verdadeiro conhecimento do bem e do mal e que conduz à vida vem da “árvore da vida”, isto é, da observância da Lei de Deus. No entanto, dada a sua liberdade, o ser humano pode escolher outro caminho contrário ao Projeto do Criador. Dele depende a escolha entre a árvore da vida (Gn 2,9; 3,22; Pr 3,18; Ap 2,7; 22, 2.14) e a árvore do conhecimento do bem e do mal (Dt 1,39; 1Rs 3,9; Is 7,15), entre a vida e a morte (Dt 30,15; Rm 6,23; Gl 6,7-9). Escolher a árvore da vida é escolher o caminho da sabedoria. A tradição veterotestamentária (Sl 1; Jr 21,8; Pr 4,18; Eclo 15,17) sempre associou a árvore da vida à aquisição da sabedoria divina: “Árvore da vida ela é para os que a abraçam e são felizes os que a retêm” (Pr 3,18). Escolher a vida é, portanto, encontrar a felicidade. É sábio todo aquele que se propõe a observar os preceitos divinos, enveredando-se pelos caminhos da justiça e da misericórdia.

O conhecimento proibido por Deus evocado pela imagem da árvore do conhecimento do bem e do mal não é o da onisciência divina nem do discernimento moral que o homem pode e deve buscar, mas trata-se da reivindicação de uma autonomia pela qual o homem decide por si mesmo o que é o bem e o que é o mal, negando sua condição de criatura. A simbologia da árvore da vida e da árvore do conhecimento do bem e do mal se complementam acenando para os valores que dignificam a vida humana.

A árvore da vida é a Lei de Deus, que se conquista passo a passo: dentro dela se cresce sem orgulho e sem maldade. Desta forma, *conhecimento de Deus* e obediência aos seus preceitos (Lei) são uma coisa só. Quem ama a sua Lei vive nos seus átrios todo o tempo de seus dias, mas quem tem orgulho e inveja do poder divino aos poucos se afasta e rompe com a sua Lei (MAZZAROLO, 2003, p. 109).

O profeta Oséias afirma que o conhecimento de Deus se revela na prática do direito e da justiça. Não se trata de simples conhecimento intelectual, mas conhecimento experiencial: “Deus se faz conhecer” manifestando-lhe seu amor (*hesed*) e o homem “conhece a Deus” no reconhecimento de seus dons (Os 4,1.6; 6,6). Na literatura sapiencial conhecimento e sabedoria se equivalem. É a sabedoria que conduz à realização humana, à felicidade, ao reencontro do paraíso perdido.

A fidelidade aos mandamentos divinos (Dt 30,15-20) gera a imortalidade: “Ao vencedor darei de comer da árvore da vida que está no paraíso de Deus” (Ap

2,7). Esta imortalidade não é negação de nossa condição mortal (Gn 3,19), mas, ligada à árvore da vida, é a compreensão de que a morte não tem a última palavra, mas a *Vida*: é o “morrer nos braços de Deus” (MAZZAROLO, 2003, p. 110).

2.5. A criação da mulher: Gn 2,18-25

“Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2,18)! Esta é a constatação de Deus, depois de modelar o ser humano, a partir do solo (Gn 2,7). Deus Criador percebe que, mesmo tendo aparentemente suprido o ser humano de tudo o que lhe era necessário para a vida: o jardim, seu espaço vital (Gn 2,8); os frutos para alimentá-lo (Gn 2,9); o trabalho de cultivar e guardar o jardim (Gn 2,15), faltava-lhe “algo” essencial para, de fato, ele tornar-se “humano”: alguém com quem pudesse entrar em comunhão.

Criado para o diálogo e a sociabilidade, é no encontro com o “outro” que o homem experimenta ser sujeito de si mesmo, capaz de sair do isolamento e da solidão e abrir-se a uma experiência agradável e prazerosa de comunhão. O ser humano é alguém que anseia pelo relacionamento: falar e ser escutado; acolher-se, acolher o outro e ser acolhido, saciando a sede de felicidade, colocada no próprio coração pelo Criador. Comunicar-se é uma experiência constitutiva da realidade humana, que não se reduz a mera troca de palavras, mas que proporciona a experiência vital de um *encontro*. Do mesmo modo, a capacidade de escutar e de acolher o outro, com tudo o que ele comunica, até mesmo no silêncio de seus gestos, é uma arte que muito contribui no processo de humanização.

Na procura de uma companhia que fosse recíproca ao homem, correspondendo-lhe face a face, Deus modela os animais da mesma *'adamah*, terra, da qual fizera o ser humano (Gn 2,19-20), mas “eles não recebem o hálito divino da vida”. Esse hálito divino, ou seja, a Divina *Ruah* possibilita ao ser humano a capacidade de integrar-se, relacionar-se, abrir-se ao Transcendente que o plasmou, tornando-o capaz de reconhecer na sua essência, a supremacia diante dos demais seres criados.

O homem impõe o nome aos animais, e junto com o nome, o significado para ele (Gn 2,20). Ao nomeá-los e ordená-los, evidencia-se o domínio humano sobre os animais e, ao mesmo tempo, o lugar ocupado pelo homem no conjunto da criação. Diante da grandeza da criação, o ser humano tem a responsabilidade de colaborar com Deus na manutenção e preservação da natureza (Sl 8,7). O domínio humano não significa, portanto, a manipulação da natureza que, muitas vezes, chega até à destruição da mesma. Ao contrário, esse senhorio implica a defesa e a colaboração com a harmonia da criação, colocando-a sempre a serviço da vida. Sem dúvida, os animais são importantes auxiliares do homem, mas não parceiros capazes de uma relação de reciprocidade.

Em seguida, com a imagem de um “cirurgião”, o javista apresenta Deus formando a mulher da costela extraída do homem (Gn 2,21-24).

E logo se pensa numa operação cirúrgica feita por Deus e para que não fosse muito dolorosa, devia ser precedida de anestesia geral. Na realidade, o termo hebraico *tardemah* indica na Bíblia sono extraordinário, causado por Deus e em conexão com uma ação extraordinária feita pelo próprio Deus (CIMOSA, 1987, p. 43)⁴.

Dessa forma, o autor não quer ensinar de onde ela vem, mas o que ela é. Não tendo encontrado, entre os animais, uma companhia que lhe correspondesse (Gn 2,20), Deus faz o homem cair num “sono profundo”. Não compete ao homem conhecer a ação misteriosa de Deus! Enquanto Deus, de um lado, criou os animais e o homem da *'adamah-terra*, a mulher foi tirada de uma *sela'* (costela) do homem.

Alguns dizem que este modo de expressar tem relação com a concepção primitiva dos hebreus, segundo os quais, o peito, o tórax é a parte mais nobre do homem, porque no peito está o coração (*leb*), que para os hebreus antigos era o centro dos pensamentos e dos afetos como o nosso cérebro. A mulher, seria, portanto, tirada da parte mais nobre do homem (CIMOSA, 1987, p. 44).

Para outros, ao contrário, a história tem fundo mítico: O deus Enki sofria de uma dor na costela (*ti*). Para curar-se, ele criou uma deusa chamada *Nin-ti* (mulher da costela). O termo sumério *ti* indica também “dar a vida”. Portanto, “mulher da costela e mulher que dá a vida”, tem o mesmo significado. Esta imagem de origem mítica sublinha a igualdade fundamental do homem e da mulher, fazendo dela sua companheira. A expressão “mulher da vida” cedeu lugar ao termo *Hawwah* (Eva), mãe de todos os viventes.

O homem, ao contemplar a mulher diante de si, explode com um grito de alegria: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne” (Gn 2,23)! Esta afirmação quer mostrar a estreita relação de parentesco com a mulher: “ela tem paridade metafísica com o homem” (CIMOSA, 1987, p. 45). Longe de expressar a subordinação da mulher ao homem, apesar do contexto patriarcal do relato, a afirmação quer dizer que ambos pertencem à mesma espécie, tem origem comum e compartilham a força misteriosa do amor, numa íntima complementaridade. No hebraico, isso aparece no jogo de palavras; *ish/ishsha* (homem/mulher, no sentido de pessoas). De fato, a mulher é apresentada como “auxiliar” do homem, uma auxiliar vital, mas não limitada à função procriadora. Neste sentido, Barroso afirma:

A relação estabelecida entre homem e mulher é de complementaridade, para mostrar ao homem que é capaz de contemplar, no rosto do outro, seu

4. Por exemplo, também a respeito de Abraão fala-se de sono profundo por ocasião da aliança com Deus (Gn 15,12), notando-se também que esta narração é feita pelo autor javista (CIMOSA, 1987, p. 43).

próprio eu, de sair de si. Agora, com uma auxiliar que lhe corresponda, torna-se capaz de contemplar um horizonte mais alegre, de realizações. A vida, agora, deverá ser compartilhada, doada (BARROSO, 2017, p. 21).

A mulher destina-se a ser companheira para o homem, estabelecendo uma relação de proximidade, porém não de fusão nem de inferioridade. No entanto, a realidade histórica do feminicídio permite ver que muitas mulheres sofrem violência até à morte. Seu corpo, tão maravilhoso e vulnerável, torna-se objeto de uso e de exploração ferindo a sacralidade concedida pelo Criador. Não é este o projeto de Deus para a humanidade! Seja mulher, seja homem, o corpo marca a individualidade que possibilita a comunhão pelo reconhecimento da alteridade. A diferença permite que um se torne *dom* para o outro!

“Por isso, o homem deixará o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne” (Gn 2,24). Com o termo “carne”, o hebraico bíblico quer designar o ser humano por inteiro: sua identidade com “corpo e alma”. A ligação entre homem e mulher tem caráter de integração. Trata-se de uma entrega mútua. Essa atração pessoal-sexual entre o homem e a mulher é tão forte e prazerosa que ambos são capazes de deixar os pais para constituírem uma família⁵. E desta íntima união de vidas, surge uma nova vida, fruto dessa entrega amorosa: o filho! Cumprem assim, o mandato divino: “Sejam fecundos, multipliquem-se, encham a terra” (Gn 1,28). Ainda que, em Gn 2,24, o matrimônio não seja interpretado como “sacramento”, é importante perceber que a sexualidade e o matrimônio são obras divinas.

Matrimônio e sexualidade tem sentido em si, não são meios para fins alheios à esfera humana. Devolvido ao âmbito criacional, o matrimônio pode posteriormente servir de metáfora para o amor de Deus ao povo (aliança); esta, por sua vez, possibilitará aprofundar o sentido ético, espiritual, humanizante do matrimônio (TABORDA, 2001, p. 35)⁶.

A sacramentalidade do matrimônio tem longo percurso histórico e doutrinário. A partir de Mateus 19,1-9 em que Jesus contesta a sociedade permissiva de seu tempo e chama os discípulos ao desígnio do Criador, a Igreja interpretou o texto, justificando a “indissolubilidade do matrimônio”. Porém, é importante ressaltar, também, que nem todas as culturas e religiões consideram o matrimônio como sacramento. A sacramentalidade só é possível a partir do evento Cristo, segundo a compreensão cristã-católica (TABORDA, 2001, p. 67-100).

5. O texto javista supõe que o matrimônio nas origens, segundo a vontade primeva do Criador, era *monogâmico*. Sem dúvida, uma suposição importante para a ulterior compreensão da instituição matrimonial (TABORDA, 2001, p. 34).

6. Como exemplos de metáforas do matrimônio para o amor de Deus, veja: Jr 3,6-13; Ez 16 e 23; Os 2,18-25; Ct 2,16; 3,1-4; 5,1-16; 8,6-7 e outros. (TABORDA, 2001, p. 34).

Quando, no relacionamento, homem e mulher se fecham em si mesmos, em seus horizontes estreitos, e, conseqüentemente reduzem a compreensão da dimensão de serem “uma só carne” à relação carnal/genital, correm o sério risco de aprisionarem a liberdade do amor, dando espaço ao desentendimento e aos conflitos. A partir daí, não conseguem mais ver a diferença do outro como riqueza e dom, mas como desafio e limite!

A harmonia dos primórdios, nas relações entre o homem e a mulher, é proclamada em Gn 2,25: a *nudez* não era motivo de vergonha. Esse estado de inocência deixa transparecer a limpidez do coração como, em geral, ocorre com as crianças. Quando homem e mulher se confrontam e percebem a nudez, descobrem suas diferenças e constataam a dependência recíproca, percebendo um o limite do outro. Esse confronto como percepção do limite possibilita o crescimento e o amadurecimento humano. A nudez, apresentada como limite da relação, não deve ser entendida no sentido negativo e sim como “chance de encontro, de relação harmoniosa, de reciprocidade, de reconhecimento mútuo” (BARROSO, 2017, p. 24).

Há, em todos nós, um desejo de plenitude e, ao mesmo tempo, certo medo do fracasso e das frustrações. Ao acolher a própria vulnerabilidade e a do outro como expressão de verdadeiro amor, possibilitamos o florescimento de nossa vocação última: a humanização!

3. Jesus: Revelador do Pai e Mestre da arte de humanização

“No princípio era a Palavra, e a Palavra estava em Deus e a Palavra era Deus. No princípio ela estava com Deus. Por meio da Palavra foram feitas todas as coisas e sem ela nada se fez do que foi feito. E a Palavra se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,1-3.14a). “A Palavra se fez carne”! Deus se fez homem, tornou-se um de nós! Deus não permaneceu fechado em seu Mistério, porém abriu-se à comunicação com o ser humano.

Mas Deus não se comunicou conosco por meio de conceitos e doutrinas sublimes que só os sábios podem entender. Sua palavra encarnou-se na vida entranhável de Jesus, para que até os mais simples possam entendê-lo, os que se comovem diante da bondade, do amor e da verdade que se encerra em sua vida (PAGOLA, 2013, p. 18).

Deus se fez “carne”, tornou-se como nós! Assumindo a realidade da corporeidade humana, Deus a elevou e a engrandeceu, resgatando-a para sempre, ao abraçar nossa “carne”, nossa existência, acolhendo a fragilidade para dentro de Si mesmo. O ser humano, portanto, está no centro da revelação cristã. Por ele, Deus enviou seu Filho Jesus Cristo que “trabalhou com mãos de homem, pensou com

mente de homem, agiu com vontade de homem, amou com coração de homem” (*Gaudium et Spes* 22). Toda a história da humanidade e a história pessoal de cada ser humano receberam maior dignidade pela encarnação do Filho de Deus!

“Ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1,18). Os profetas falavam em nome de Deus, anunciando a salvação e denunciando as injustiças. Os sacerdotes ofereciam sacrifícios a Javé e abençoavam o povo em seu nome. Também os mestres da Lei falavam muito de Deus e, em seu nome, instruíam o povo. Todavia, “ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1,18; 1Jo 4,12a). Somente Jesus, “o Filho único, que é Deus e está na intimidade do Pai, foi quem o revelou” (Jo 1,18b). Jesus é o revelador do Pai!

Só Ele é a fonte para aproximar-nos de seu mistério. Como muda tudo quando captamos enfim que Jesus é o rosto humano de Deus. Tudo se torna mais simples e mais claro. Agora sabemos como Deus nos olha quando sofremos, como nos busca quando nos perdemos, como nos entende e perdoa quando o negamos. Nele nos é revelada “a graça e a verdade” de Deus (PAGOLA, 2013, p. 18-19).

A encarnação foi o modo concreto usado por Deus para nos dizer quem Ele é (Jo 1,14; Mt 1,18-25; Lc 1,26-38). Deus não se revelou em doutrinas e fórmulas teológicas, mas na vida de Jesus de Nazaré: em seu trabalho simples de carpinteiro; no seu amor aos pequenos e pobres; na acolhida às crianças e na delicadeza com as mulheres; na atenção ao sofrimento humano e na misericórdia com os pecadores; na capacidade de perscrutar os corações e na luta contra a duplicidade dos fariseus; no fascínio de mestre e amigo e no poder subversivo de sua mensagem, em sua intimidade profunda com o Pai, e, em sua entrega fiel até à morte e no poder de sua ressurreição.

Doravante, para encontrar Deus não é preciso retirar-se do mundo, mas aproximar-se da *vida* de Jesus. Ele mesmo garantiu-nos: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14,9). No dom da vida de Jesus reconhecemos o rosto de Deus que é Amor (1Jo 4,8.16). Em Jesus, que veio “para que todos tenham vida em plenitude” (Jo 10,10), o ser humano encontra a possibilidade de recuperar o paraíso “perdido”, ressignificar o sentido da existência e reorientar a própria liberdade. Jesus Cristo é o “novo Adão” (Rm 5,19) que veio salvar a humanidade, reconciliando-a com o Pai.

Nos evangelhos, o Divino Mestre propõe uma maneira diferente de compreender as relações humanas. Jesus quer deslocar comportamentos e atitudes que, às vezes, são considerados normais para entrarmos em uma nova dinâmica: a dinâmica do Reino. Tal mudança de valores contribui para o resgate das relações básicas, tão necessárias para a autoconsciência do ser humano como “humano”: relações focalizadas pelo redator javista (Gn 2,4b-25).

3.1. A relação consigo mesmo e com Deus

O ser humano pertence à terra, mas recebe de Deus o *rûah* da vida que o torna um “ser vivente” (*nefesh*), com características pessoais. O próprio Deus entra em diálogo com o homem, interpelando-o diretamente pela palavra, dando-lhe este mandamento: “Você pode comer de todas as árvores do jardim. Só não pode comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque, a partir do dia em que dela comer, você estará caminhando para a morte” (Gn 2,16-17).

Esta *conversa* do Criador com o homem é a relação fundante de todas as outras. É uma experiência profundamente humana, e também divina, que permite o conhecimento, a consciência de si no *encontro com o Outro*. É uma experiência de proximidade, de ternura, de encontro! Diante do “mandato” divino, o homem toma consciência de sua liberdade. Chamado a tomar *decisões*, o ser humano não é obrigado a dizer “sim” ao Criador, mas iludido em seu sonho de infinito, infelizmente, responde “não” (Gn 3,1-24). Esquece com facilidade que deve simplesmente *responder* e se autoengana, julgando-se no lugar de Deus. *Responder*, simplesmente, é a sua grandeza e a sua pequenez (RÚBIO, 1989, p. 131)!

A fé em Deus Criador não escraviza o homem, mas o liberta (GANOCZY, 1979, p. 113-130). A criação é um ato de liberdade de Deus. No Antigo Testamento, através da comunicação pessoal com Javé, que lhe faz partícipe do dom da liberdade, Israel vai captando como Javé exerce o senhorio absoluto sobre sua vida, e, através deste, sobre todos os povos. No Novo Testamento, Jesus continua exercendo a obra redentora de Deus. Paulo resume: “O Cristo nos libertou para a liberdade” (Gl 5,1). Jesus, o Cristo, é o revelador da libertação da liberdade humana. Homem e mulher são criados a fim de cooperarem com o ato criador de Deus, participando de sua liberdade.

Em sua liberdade radical, Jesus teve uma experiência excepcionalmente profunda de comunhão com Deus: a experiência do *abbá*, como seu Pai, cheio de amor e ternura (Mc 14,36; Gl 4,6; Rm 8,15). Era uma forma singular de falar a Deus, com *intimidade*. “Deus é mencionado como um progenitor amoroso que abraça, segura e protege o seu filho ou filha. Além disso, como acontece com o amor de qualquer bom progenitor, é um amor cordial e incondicional, no qual se pode confiar sem reservas” (NOLAN, 2008, p. 111). A descrição do pai amoroso feita por Jesus na parábola de Lucas 15,11-32, por exemplo, permite-nos perceber a experiência amorosa vivida por Jesus e seu Pai. Jesus, continuamente, via a si mesmo como o filho que aprendia imitando o próprio Pai: perdendo, sendo compassivo, amando os justos e injustos, incluindo seus inimigos e perseguidores (Lc 6,36; Mt 5,44-45).

Na oração, Jesus busca *conhecer* a vontade do Pai e *descobrir* o modo de realizar sua missão redentora. A palavra mais explícita de Jesus sobre sua relação íntima com Deus é evidenciada, de modo contemplativo, por meio de uma oração de louvor (Lc 10,21-24) revelando a alegria de Jesus porque

os discípulos (“os pequeninos”) acolhem a boa-nova e começam a acreditar nele como Filho de Deus (AUGUSTA, 2014, p. 144-145).

A relação entre Jesus e seu Pai sempre foi pautada pela escuta, obediência, ternura e amor. Muitas passagens dos evangelhos revelam Jesus orante, cultivando uma verdadeira intimidade com o Pai⁷. A vida em Cristo, e somente ela, torna as pessoas livres (Gl 5,1-12; Rm 6,15-23). Porém, é preciso vigilância para não retornar ao jugo da escravidão.

3.2. A relação com a natureza e com as pessoas

Como o ser humano, os animais também pertencem à terra: são auxiliares do homem, mas não possuem o hálito divino da vida com características pessoais (Gn 2,19-20). Não possuem a inteligência humana, nem a arte da conversação que liberta o homem da solidão e do fechamento. Também as árvores e os rios compõem a beleza do jardim criado para o ser humano (Gn 2,8-15).

Formado da terra do campo (Gn 2,7), o homem não é divino, mas terrestre e frágil. Deve aprender a cultivar o solo (Gn 3,23) e a se relacionar bem com os animais, com os outros seres humanos, com a criação toda, até voltar para a terra, na morte (Gn 3,19). O relato javista indica que é bom para o ser humano reconhecer sua finitude, seu limite como criatura. Nesse reconhecimento está a bênção do Criador (Gn 2,16-17), pois, caso contrário, ceder à tentação (Gn 3,1-24) é caminhar para a destruição e a morte.

Jesus, o Mestre da arte de humanização, deixa-nos preciosos ensinamentos na relação com a natureza, com os outros seres humanos, enfim com toda a obra da criação. Jesus foi plenamente humano: cresceu, ficou forte e cheio de sabedoria (Lc 2,40); aprendeu a dialogar, refletir, ler e interpretar as Escrituras (Lc 2,41-52). Desde cedo, revelou sua sensibilidade de alma contemplativa, admirando a natureza e a realidade cotidiana: o germinar e o crescimento das sementes (Mt 13,8.24-30.31-32; Mc 4,26-29); a beleza dos lírios e das flores, e, a habilidade das aves (Lc 12,22-32); a ação da mulher e os efeitos do fermento (Mt 13,33); o trabalho dos pescadores e dos agricultores (Mt 13,47-50; Jo 15,1-8). Foi observando a realidade da vida cotidiana que Jesus anunciou e realizou o Reino, convocando os discípulos e as multidões para a ação transformadora deste mundo.

O bem e o mal sempre estão e estarão presentes no interior da história humana, portanto, é fundamental *decidir-se*, adequadamente, inspirando-se no agir de Jesus. Contemplar a *vida* de Jesus é experiência que humaniza, transformando o modo de pensar e, conseqüentemente, de agir!

7. Veja alguns momentos orantes na vida de Jesus: Mt 11,25-30; 14,23. Mc 3,35; 6,46. Lc 5,16; 6,12; 9,18.28; 11,1.2-8; 22,32.41; Jo 17,1-26.

Em sua relação com os outros, Jesus foi movido por uma compaixão sem limites, especialmente, pelos últimos da sociedade. Grande parte a atividade de Jesus e do fascínio que exerceu sobre as pessoas permaneceria incompreensível se ele não tivesse sido profundamente movido pelo sentimento de compaixão pelos pobres e oprimidos. Sua ação revela o rosto misericordioso de Deus para todos que encontra no percurso de seu ministério:

Os excluídos socialmente (leprosos e deficientes mentais), os *marginalizados religiosamente* (prostitutas e publicanos), os *oprimidos culturalmente* (mulheres e crianças), os *dependentes socialmente* (viúvas e órfãos), os *incapacitados fisicamente* (surdos e mudos, aleijados e cegos), os *atormetados psicologicamente* (possessos e epilépticos), os *humildes espiritualmente* (gente simples, temente a Deus, pecadores arrependidos) (PIERIS, 2001, p. 14).

A mulher pecadora (Lc 7,36-50) e Zaqueu, o chefe dos publicanos (Lc 19,1-10) são testemunhas da misericórdia divina e da salvação realizada por Jesus. Ele, indo ao encontro das pessoas em sua realidade humana e social, restitui-lhes a dignidade de filhos de um Pai que não exclui ninguém. “A boa-nova de Jesus faz nascer a esperança de uma sociedade mais humanizada, de relações justas e gratuitas, onde as pessoas experimentam o verdadeiro sentido da vida e do amor misericordioso do Pai” (AUGUSTA, 2014, p. 151).

A salvação trazida por Jesus atinge o ser humano em sua totalidade existencial e em sua realidade universal.

Concluindo

O Projeto de Deus para a humanidade continua sendo um sonho de amor, acompanhado por sua bênção e misericórdia: “os desígnios do Senhor são para sempre, e os pensamentos que Ele traz no coração, de geração em geração, vão perdurar” (Sl 33,11)! Deus não muda! Sua palavra permanece para sempre! Apesar das ambiguidades da vida humana, dos “abismos” criados pelo pecado da indiferença, frente a um contexto social e político que continua fazendo clara opção em favor da morte, Deus acredita no ser humano.

O próprio relato javista, na abordagem sobre o pecado e suas consequências, apresenta o Criador vestindo o homem e a mulher e os colocando, novamente, para cultivar o solo, de onde tinham sido tirados (Gn 3,21). Dessa forma, Deus, “clemente e misericordioso; compassivo com todas as suas criaturas” (Sl 145,8), dá uma nova chance ao homem e à mulher de religarem-se com o projeto centrado na vida digna para todos. A última palavra não é do “mal”, mas de Deus Criador, “lento para a ira e rico de graça; bom para com todos” (Sl 145,8), *Senhor da Vida!*

O mundo está em crise! Múltiplas desigualdades se interseccionam e se reforçam entre si, comprometendo o desenvolvimento humano de milhões de pessoas. O egocentrismo e a ganância impedem a harmonia e promovem a injustiça e o medo que povoam nosso planeta de vítimas anônimas, roubando-lhes a vitalidade, o dinamismo e a alegria de viver e conviver!

Como seguidores e seguidoras de Jesus, o ser humano por excelência, somos chamados (as) a recriar relações humanizadoras, que promovam a vida, e vida em plenitude. A *misericórdia*, “coração pulsante do Evangelho” (*Misericordiae Vultus*), é uma atitude de Jesus que promove a vida. O sofrimento das pessoas comovia-Lhe as entranhas, transformando-se em gestos gratuitos e libertadores. Eis o *amor* que Jesus pede a todos quantos se dispõem a entrar na dinâmica do Reino. É um amor entranhado de misericórdia, que busca o bem do outro, sem esperar nada em troca. Gratuidade!

Bem-aventurados os que se deixam tocar pela *Vida e Palavra* de Jesus, experimentarão em suas vidas o poder da transformação!

Maria de Lourdes Augusta

Rua Rio Grande do Norte, 300, Bairro Funcionários

CEP: 30130-131 – Belo Horizonte/MG

e-mail: augustamariadelourdes@gmail.com

Referências

AUGUSTA, Maria de Lourdes. *Jesus na Sinagoga de Nazaré: opção pelos pobres*. Belo Horizonte: O Lutador, 2014.

BARROSO, Wesley Souza Dias. *O homem como ser de relação, a vida como evento: pertença e cuidado, uma análise narrativa de Gn 2,4b-25 em perspectiva antropológica*. Belo Horizonte: FAJE, 2017. (Monografia)

BÍBLIA – Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994.

CIMOSA, Mário. *Gênesis 1-11: a humanidade na sua origem*. São Paulo: Paulinas, 1987.

FARIA, Jacir de Freitas. *As mais belas e eternas histórias de nossas origens em Gn 1-11: mitos e contramitos*. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica *Laudato Sí'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Misericordiae Vultus*. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Paulinas, 2015.

GANOCZY, A. *Homme créateur. Dieu créateur*. Paris: Cerf, 1979.

GAUDIUM ET SPES in: COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, Decretos e Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1967.

- GRELOT, P. *Homem, quem és? Os Onze primeiros capítulos do Gênesis*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Gênesis 1-11. E assim tudo começou...* Criação, rupturas, restauração. Rio de Janeiro: Mazzarolo, 2003.
- McKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 1983.
- MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. *A Terra é nossa Mãe: Gênesis 1 a 12*. São Leopoldo: CEBI, 2007.
- NOLAN, Albert. *Jesus Hoje: uma espiritualidade de liberdade radical*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- PAGOLA, José Antônio. *O Caminho aberto por Jesus: João*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- PIERIS, A. Cristo más allá del dogma. Hacer cristología en el contexto de las religiones de los pobres. (I). *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 52, p. 3-32, 2001.
- RÚBIO, Alfonso García. *Unidade na pluralidade*. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs. São Paulo: Paulus, 1989.
- WESTERMANN, CLAUS. *O Livro do Gênesis: um comentário exegético-teológico*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013.
- SCHWANTES, Milton. *Projetos de Esperança: meditações sobre Gênesis 1-11*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- STORNILO, Ivo; BALANCIN, Euclides M. *Como ler o livro do Gênesis: origem da vida e da história*. São Paulo: Paulus, 2008.
- TABORDA, Francisco. *Matrimônio – Aliança – Reino: Para uma Teologia do Matrimônio como Sacramento*. São Paulo: Loyola, 2001.